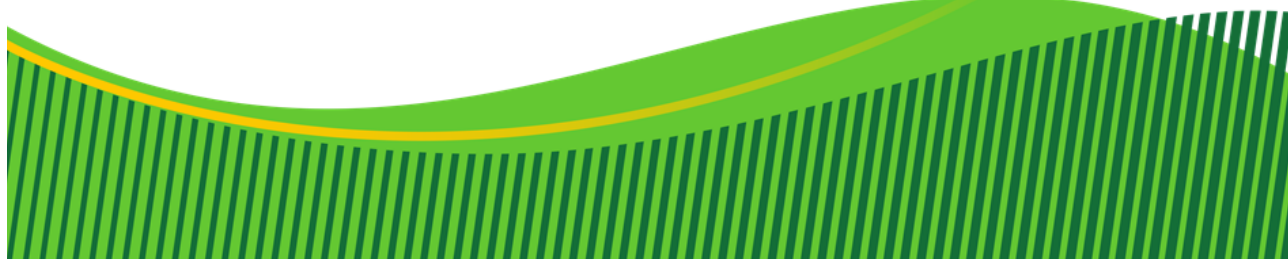


# Relatório Anual 2017

## Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-6500  
Fax: +55 51 3204-6699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC**  
Cruz Alta - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1 de março de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC , relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC  
CNPJ/MF nº 88.038.260/0001-05

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.227.895</b>	<b>1.023.278</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>630.100</b>	<b>506.145</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.670	3.594	DEPÓSITOS (NOTA 11)	140.644	114.004
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	545.215	440.654	Depósitos à Vista	93.894	70.976
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	2	Depósitos Interfinanceiros	1.206	607
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	37	69	Depósitos a Prazo	45.544	42.421
Correspondentes no país	321	163	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	426.763	336.781
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	544.856	440.420	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	650.499	555.540	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	426.762	336.781
Operações de Crédito	686.490	595.725	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.219	885
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(35.991)	(40.185)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.219	885
OUTROS CRÉDITOS	18.046	15.417	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	11.394	11.427
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	449	372	Empréstimos País - Outras Instituições	11.394	11.427
Rendas a Receber	1.572	2.125	OUTRAS OBRIGAÇÕES	50.080	43.048
Créditos Específicos	1.161	1.057	Cobrança e Arrecadação de Tributos	310	111
Diversos (NOTA 07)	16.804	13.407	Sociais e Estatutárias	15.071	12.076
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.940)	(1.544)	Fiscais e Previdenciárias	3.106	3.074
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	9.465	8.073	Diversas (NOTA 14)	31.593	27.787
Outros Valores e Bens	11.626	10.239	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>383.203</b>	<b>351.658</b>
(Provisão para desvalorização)	(2.300)	(2.300)	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	383.203	351.658
Despesas Antecipadas	139	134	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	383.203	351.658
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>99.098</b>	<b>90.216</b>	DEPÓSITOS (NOTA 11)	376.553	346.214
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	99.098	90.216	Depósitos a Prazo	376.553	346.214
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.189	661	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	6.650	5.444
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.189	661	Repasse Interfinanceiros	6.650	5.444
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	53.881	46.841	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>313.690</b>	<b>255.691</b>
Operações de Crédito	74.587	62.140	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	42.537	40.736
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(20.706)	(15.299)	De Domiciliados no País	42.537	40.736
OUTROS CRÉDITOS	1.799	1.124	RESERVAS DE SOBRAS	257.455	203.095
Diversos (NOTA 07)	1.818	1.162	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	13.698	11.860
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(19)	(38)	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.326.993</b>	<b>1.113.494</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	33.828	33.828			
Outros Investimentos	33.828	33.828			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	4.473	3.940			
Imóveis de Uso	2.806	2.557			
Outras Imobilizações de Uso	7.653	7.154			
(Depreciação acumulada)	(5.986)	(5.771)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.928	3.822			
Outros Ativos Intangíveis	7.805	6.741			
(Amortização acumulada)	(3.877)	(2.919)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.326.993</b>	<b>1.113.494</b>			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC  
CNPJ/MF nº 88.038.260/0001-05

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>62.517</b>	<b>-</b>	<b>62.517</b>	<b>133.411</b>	<b>1</b>	<b>133.412</b>	<b>128.364</b>	<b>2</b>	<b>128.366</b>
Operações de Crédito	62.478	-	62.478	133.327	1	133.328	126.724	2	126.726
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	38	-	38	78	-	78	1.542	-	1.542
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	6	-	6	98	-	98
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(41.220)</b>	<b>(984)</b>	<b>(42.204)</b>	<b>(78.176)</b>	<b>(1.751)</b>	<b>(79.927)</b>	<b>(91.588)</b>	<b>(1.159)</b>	<b>(92.747)</b>
Operações de Captação no Mercado	(15.539)	(24)	(15.563)	(36.142)	(45)	(36.187)	(45.468)	(42)	(45.510)
Operações de Empréstimos e Repasses	(14.329)	(960)	(15.289)	(27.964)	(1.706)	(29.670)	(23.165)	(1.117)	(24.282)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.352)	-	(11.352)	(14.070)	-	(14.070)	(22.955)	-	(22.955)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>21.297</b>	<b>(984)</b>	<b>20.313</b>	<b>55.235</b>	<b>(1.750)</b>	<b>53.485</b>	<b>36.776</b>	<b>(1.157)</b>	<b>35.619</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.127</b>	<b>3.987</b>	<b>7.114</b>	<b>13.433</b>	<b>7.617</b>	<b>21.050</b>	<b>22.751</b>	<b>7.090</b>	<b>29.841</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.436	6.059	10.495	8.373	11.557	19.930	7.871	9.561	17.432
Rendas de Tarifas Bancárias	3.336	-	3.336	6.241	-	6.241	5.674	-	5.674
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.259)	(963)	(15.222)	(27.121)	(1.671)	(28.792)	(25.297)	(1.255)	(26.552)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(6.507)	(727)	(7.234)	(12.070)	(1.416)	(13.486)	(11.049)	(1.260)	(12.309)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(84)	(293)	(377)	(140)	(556)	(696)	(74)	(433)	(507)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	25.699	355	26.054	54.072	368	54.440	68.559	866	69.425
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(9.494)	(444)	(9.938)	(15.922)	(665)	(16.587)	(22.933)	(389)	(23.322)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>24.424</b>	<b>3.003</b>	<b>27.427</b>	<b>68.668</b>	<b>5.867</b>	<b>74.535</b>	<b>59.527</b>	<b>5.933</b>	<b>65.460</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>220</b>	<b>229</b>	<b>10</b>	<b>(2)</b>	<b>8</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>24.423</b>	<b>3.004</b>	<b>27.427</b>	<b>68.677</b>	<b>6.087</b>	<b>74.764</b>	<b>59.537</b>	<b>5.931</b>	<b>65.468</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(1.183)</b>	<b>(1.183)</b>	<b>-</b>	<b>(2.439)</b>	<b>(2.439)</b>	<b>-</b>	<b>(2.148)</b>	<b>(2.148)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(681)	(681)	-	(1.422)	(1.422)	-	(1.247)	(1.247)
Provisão para Contribuição Social	-	(502)	(502)	-	(1.017)	(1.017)	-	(901)	(901)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>24.423</b>	<b>1.821</b>	<b>26.244</b>	<b>68.677</b>	<b>3.648</b>	<b>72.325</b>	<b>59.537</b>	<b>3.783</b>	<b>63.320</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.806</b>	<b>(2.806)</b>	<b>-</b>	<b>2.768</b>	<b>(2.768)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>24.423</b>	<b>1.821</b>	<b>26.244</b>	<b>71.483</b>	<b>842</b>	<b>72.325</b>	<b>62.305</b>	<b>1.015</b>	<b>63.320</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(57.785)</b>	<b>(842)</b>	<b>(58.627)</b>	<b>(50.445)</b>	<b>(1.015)</b>	<b>(51.460)</b>
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.425)	-	(3.425)	(2.965)	-	(2.965)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(842)	(842)	-	(1.015)	(1.015)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(51.365)	-	(51.365)	(44.475)	-	(44.475)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.995)	-	(2.995)	(3.005)	-	(3.005)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.698</b>	<b>-</b>	<b>13.698</b>	<b>11.860</b>	<b>-</b>	<b>11.860</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC**  
CNPJ/MF nº 88.038.260/0001-05

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>39.128</b>	<b>155.615</b>	<b>10.516</b>	<b>205.259</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.228	-	(10.300)	(8.072)
Outras destinações	-	-	(216)	(216)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	78	-	-	78
Baixas de capital	(698)	-	-	(698)
Resultado do período	-	-	63.320	63.320
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.965)	(2.965)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(1.015)	(1.015)
Reserva Legal - Estatutária	-	44.475	(44.475)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.005	(3.005)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>40.736</b>	<b>203.095</b>	<b>11.860</b>	<b>255.691</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.608</b>	<b>47.480</b>	<b>1.344</b>	<b>50.432</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>40.736</b>	<b>203.095</b>	<b>11.860</b>	<b>255.691</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.299	-	(11.619)	(9.320)
Outras destinações	-	-	(241)	(241)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	91	-	-	91
Baixas de capital	(589)	-	-	(589)
Resultado do período	-	-	72.325	72.325
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.425)	(3.425)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(842)	(842)
Reserva Legal - Estatutária	-	51.365	(51.365)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.995	(2.995)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>42.537</b>	<b>257.455</b>	<b>13.698</b>	<b>313.690</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.801</b>	<b>54.360</b>	<b>1.838</b>	<b>57.999</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)</b>	<b>42.778</b>	<b>203.095</b>	<b>46.081</b>	<b>291.954</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	44	-	-	44
Baixas de capital	(285)	-	-	(285)
Resultado do período	-	-	26.244	26.244
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.425)	(3.425)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(842)	(842)
Reserva Legal - Estatutária	-	51.365	(51.365)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.995	(2.995)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>42.537</b>	<b>257.455</b>	<b>13.698</b>	<b>313.690</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(241)</b>	<b>54.360</b>	<b>(32.383)</b>	<b>21.736</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC**  
CNPJ/MF nº 88.038.260/0001-05

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>33.367</b>	<b>71.468</b>	<b>73.426</b>
Resultado do semestre/exercício	26.244	72.325	63.320
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>7.123</b>	<b>(857)</b>	<b>10.106</b>
Provisão para operações de crédito	11.480	1.213	11.450
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(43)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(350)	377	193
Depreciação do imobilizado de uso	402	785	751
Amortização do intangível	476	958	588
Baixas do ativo permanente	39	97	193
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(348)	(476)	490
Destinações ao FATES	(4.267)	(4.267)	(3.980)
Dividendos SicrediPar	(309)	456	464
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>14.624</b>	<b>46.583</b>	<b>23.991</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(388)	(528)	(558)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.397	1	1.024
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(20)	32	1.063
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(115)	(158)	128
(Aumento) em operações de crédito	(238.760)	(103.212)	(17.993)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	194.147	91.188	(2.387)
(Aumento) em outros créditos	(1.712)	(4.137)	(829)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.223)	(1.392)	682
Aumento em depósitos	48.662	56.980	38.652
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	832	334	(114)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(703)	(33)	(2.219)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(780)	(1.439)	(1.044)
Aumento em outras obrigações	10.287	8.947	7.586
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>47.991</b>	<b>118.051</b>	<b>97.417</b>
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.213)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(344)	(1.416)	(872)
Aplicações no Intangível	(631)	(1.064)	(1.084)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(975)</b>	<b>(2.480)</b>	<b>(3.169)</b>
Integralização de capital	44	91	78
Baixa de capital	(285)	(589)	(698)
Distribuição de Sobras	-	(9.561)	(8.288)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(241)</b>	<b>(10.059)</b>	<b>(8.908)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>46.775</b>	<b>105.512</b>	<b>85.340</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	502.751	444.014	358.674
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	549.526	549.526	444.014

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/07/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(93.158)</b>	<b>411</b>	<b>(92.747)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>(23.366)</b>	<b>411</b>	<b>(22.955)</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>30.252</b>	<b>(411)</b>	<b>29.841</b>
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	<b>(12.289)</b>	<b>(20)</b>	<b>(12.309)</b>
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	<b>(22.931)</b>	<b>(391)</b>	<b>(23.322)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	4.670	3.594
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	544.856	440.420
Total	549.526	444.014

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.189	661
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.189	661
Total realizável a longo prazo	1.189	661

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	246.729	58.164	304.893	287.301
Financiamentos	11.613	6.387	18.000	13.286
Financiamentos rurais e agroindustriais	428.148	10.036	438.184	357.278
Carteira total	686.490	74.587	761.077	657.865

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	449	-	449	372
Devedores por compra de valores e bens	814	1.816	2.630	1.807
Títulos e créditos a receber (i)	13.492	2	13.494	10.175
Total	14.755	1.818	16.573	12.354

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	173.803	160.488	869	802
Nível B	1,00	230.084	208.291	2.301	2.083
Nível C	3,00	255.519	185.957	8.105	5.579
Nível D	10,00	65.780	50.877	6.578	5.088
Nível E	30,00	8.240	21.598	2.472	6.479
Nível F	50,00	7.653	11.220	3.827	5.610
Nível G	70,00	10.761	4.733	7.533	3.313
Nível H	100,00	25.810	27.055	25.810	27.055
Total (i)		777.650	670.219	57.495	56.009

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 1.161 (2016 - R\$ 1.057).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	7.188	42.022	168.828	56.533	274.571	245.191
Rural	1.116	39.258	387.774	10.036	438.184	357.278
Industrial	-	589	2.957	743	4.289	3.543
Comércio	623	9.481	19.364	4.436	33.904	36.642
Outros Serviços	350	8.469	13.226	4.657	26.702	27.565
Total	9.277	99.819	592.149	76.405	777.650	670.219

**d) Concentração das operações de crédito**

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	84.959	10,93	74.630	11,14
50 devedores seguintes	183.234	23,56	159.229	23,76
100 devedores seguintes	149.491	19,22	127.773	19,06
Demais	359.966	46,29	308.587	46,04
Total	777.650	100	670.219	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	57.066	45.423
Constituição de provisão	14.070	22.955
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.480)	(11.312)
Saldo final	58.656	57.066

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.918 (2016 - R\$ 4.473), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 27.360 (2016 - R\$ 12.654).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	235	119
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.679	1.856
Devedores por compra de valores e bens	814	646
Devedores por depósitos em garantia	100	96
Impostos e contribuições a compensar	45	28
Títulos e créditos a receber	13.492	10.174
Valores honrados	5	100
Operações com cartões	35	54
Pendências a regularizar	95	11
Outros	304	323
Total Circulante	16.804	13.407

Devedores por compra de valores e bens	1.816	1.161
Títulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	1.818	1.162

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2017	2016
Bens não de uso próprio	11.626	10.237
Imóveis	8.912	7.488
Bens em regime especial	2.714	2.749
Material em estoque	-	2
Despesas antecipadas	139	134
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.300)	(2.300)
Total Circulante	9.465	8.073

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.300 (2016 - R\$ 2.300) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	16.953	16.953
Sicredi Participações S.A.	16.861	16.861
Outras Participações e Investimentos	14	14
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	13	13
<b>Total</b>	<b>33.828</b>	<b>33.828</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	5.469.012 ON	5.469.012 ON	1	1	16.953.467	16.953.467
	11.392.200 PN	11.392.200 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,93%	1,94%	0,61%	0,63%	4,83%	4,83%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	16.861	16.861	1	1	16.953	16.953

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.459	(5.986)	4.473	3.940
Imobilizações em curso	-	7	-	7	239
Terrenos	-	418	-	418	419
Edificações	4%	2.387	(947)	1.440	1.276
Instalações	10%	1.546	(1.200)	346	390
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.369	(907)	462	416
Sistema de comunicação	10%	155	(51)	104	82
Sistema de processamento de dados	20%	2.677	(1.957)	720	483
Sistema de segurança	10%	502	(369)	133	149
Sistema de transporte	20%	1.398	(555)	843	486
Intangível (i)		7.805	(3.877)	3.928	3.822
Investimentos Confederação		7.805	(3.877)	3.928	3.822
<b>Total</b>		<b>18.264</b>	<b>(9.863)</b>	<b>8.401</b>	<b>7.762</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	93.894	-	-	93.894	70.976
Depósitos Interfinanceiros	1.206	-	-	1.206	607
Depósitos a prazo	12.870	32.674	376.553	422.097	388.635
<b>Total</b>	<b>107.970</b>	<b>32.674</b>	<b>376.553</b>	<b>517.197</b>	<b>460.218</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	426.647	336.498
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	426.647	336.498
Outros Recursos	115	283
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	115	283
Total circulante	426.762	336.781
Recursos do Crédito Rural	6.650	5.338
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6.650	5.338
Outros Recursos	-	106
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	106
Total exigível a longo prazo	6.650	5.444

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 15/10/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	11.394	11.427
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.394	11.427
Total circulante	11.394	11.427

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Obrigações por convênios oficiais	7	2
Provisão para pagamentos a efetuar	7.401	6.792
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	1.840	2.316
Outras Contingências	98	93
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	8.091	7.934
Pendências a regularizar	-	50
Operações com cartões	12.872	9.566
Demais fornecedores	643	510
Credores diversos	641	524
Total circulante	31.593	27.787

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	1.590	240	(710)	1.120
Cível	726	61	(67)	720
Total	2.316	301	(777)	1.840

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	1.120	1.590
Cível	Provável	720	726
Total		1.840	2.316

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 112 (2016 - R\$ 0), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 38810514, versando sobre matéria tributária em que discute a suposta ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação, tramitando junto ao SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 112 cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	42.537	40.736
Total de associados	49.748	47.244

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.800 (2016 – R\$ 1.608), sendo R\$ 2.299 (2016 – R\$ 2.228) via integralização de resultados e R\$ 91 (2016 – R\$ 78), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 590 (2016 – R\$ 698).

**b) Destinações**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Planalto - Sicredi Planalto RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	74.764	65.468
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(31.401)	(27.497)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	58	61
Provisão resgate de milhas cartão	38	3
Provisão PPR	34	15
Receita com atos cooperativos	28.844	25.006
Outros	(12)	264
Subtotal	28.962	25.349
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.439)	(2.148)



**NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.189	661
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	544.856	440.420
Outros Créditos - Rendas a receber	1.010	995
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.724	2.015
Investimentos (Nota 09)	33.815	33.815
Intangível (Nota 10)	3.928	3.822
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	1.206	607
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	433.412	342.225
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	11.394	11.427
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	12.878	9.385
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	78	1.542
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.021	7.196
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	48.998	57.049
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	55	24
Operações de Empréstimos e Repasses	29.670	24.282
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	812	793
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.534	6.669

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	363	0,39%	282
Depósitos a prazo	2.672	0,63%	4.223
Operações de crédito	17.148	2,25%	17.053

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.651	2.470

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	307	321
Despesa de aluguéis	381	340
Despesa de comunicação	1.190	911
Despesa de manutenção e conservação	706	674
Despesa de material	283	241
Despesa processamento dados	347	302
Despesa de promoções e relações públicas	1.227	1.131
Despesa de propaganda e publicidade	94	93
Despesa de seguro	59	64
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.294	1.266
Despesa de serviços de terceiros	279	273
Despesa de serviços de vigilância e segurança	785	737
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.452	1.158
Despesa de serviços de transportes	366	340
Despesa de viagem	17	18
Outras despesas administrativas	4.699	4.440
<b>Total</b>	<b>13.486</b>	<b>12.309</b>

**NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.477	2.316
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	47.490	54.297
Reversão de provisões operacionais	3.542	10.802
Outras rendas operacionais	1.931	2.010
<b>Total</b>	<b>54.440</b>	<b>69.425</b>

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.303	1.355
Contribuição O.C.E.	109	95
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	383	401
Contribuição Confederação Sicredi	5.015	3.976
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	597	634
Encargos da administração financeira	272	307
Repasse administradora de Cartões	626	700
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	958	594
Outras provisões operacionais	3.505	13.410
Outras despesas operacionais	1.819	1.850
<b>Total</b>	<b>16.587</b>	<b>23.322</b>

**NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	212.704	189.899
Coobrigações em cessões de crédito	869	988
<b>Total</b>	<b>213.573</b>	<b>190.887</b>

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

#### I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

#### II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

#### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

### NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio

Limites operacionais	2017	2016
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>311.010</b>	253.964
<b>Nível I (NI)</b>	<b>311.010</b>	253.964
<b>Capital principal - CP</b>	<b>311.010</b>	253.964
Capital social	42.537	40.736
Reservas de capital	257.455	203.095
Lucros acumulados	13.698	11.860
Ajustes Prudenciais	(2.680)	(1.727)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>1.154.678</b>	948.057
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>502</b>	356
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>189.267</b>	159.987
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>26,93%</b>	26,79%
Situação de Imobilização (Imob)	5.735	6.049
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>1,84%</b>	2,38%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

---

**NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Vanderlei Farias de Oliveira  
Diretor Executivo  
CPF: 287.188.360-20

---

Adriano Bertagnolli Bolzan  
Diretor de Operações  
CPF: 903.205.300-00

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20